

## ENTRE A TUTELA DOS DIREITOS E A SEPARAÇÃO DOS PODERES: A INTERVENÇÃO DO STF NA CRISE HUMANITÁRIA YANOMAMI

*Giulia Lopes Batista Pinto<sup>1</sup>*

Em tempos de avanço da mineração ilegal na Floresta Amazônica, o contato forçado com garimpeiros intensifica a disseminação de doenças como a malária, enquanto a devastação ambiental, marcada pela contaminação de rios e solos com mercúrio, compromete a saúde e ameaça a forma de subsistência dos Povos Indígenas, dentre os quais os Yanomami. Diante desse cenário de extrema vulnerabilidade, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709/DF, com o objetivo de assegurar medidas urgentes. Em decisão cautelar, o STF determinou à União a remoção imediata e definitiva dos invasores, o fechamento integral dos garimpos ilegais e a liberação de recursos orçamentários necessários para assegurar a proteção e a recuperação do território Yanomami. O protagonismo do Tribunal, ainda que exercido em uma ação que visa garantir o acesso à justiça e zelar pela Constituição Federal, suscita questionamentos sobre possível interferência nas competências dos demais Poderes e, consequentemente, sobre impactos no equilíbrio que sustenta o modelo republicano. Afinal, embora se trate de direitos fundamentais, que são intangíveis e imunes à vontade majoritária, como defende a teoria de Dworkin (Mendes, 2004), é preciso considerar que as normas jurídicas, em regra, emergem de processos deliberativos e representativos (Longe Filho, 2015), e não da atuação exclusiva de juízes não eleitos. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a legitimidade da atuação ativista do STF na crise humanitária dos povos Yanomami, considerando a tensão entre atuar para garantir direitos fundamentais e a separação dos Poderes. Para tanto, adota-se o método hipotético-dedutivo, partindo da hipótese de que as medidas determinadas pelo STF podem ser consideradas adequadas e justificadas do ponto de vista da tutela dos direitos, mesmo diante de possíveis tensões com a separação de Poderes. No entanto, tais medidas, isoladamente, não garantem a plena proteção dos direitos fundamentais dos Yanomami. Ademais, utiliza-se a análise de conteúdo, baseada em revisão bibliográfica e documentos oficiais, como decisões judiciais. Os resultados parciais indicam que a atuação do STF na ADPF 709/DF contribuiu para a proteção dos direitos fundamentais dos Yanomami, mas sua efetividade plena depende de ações complementares, revelando a tensão entre a atuação judicial e a autonomia dos demais Poderes.

Palavras-chave: STF; ADPF 709/DF; Povos Yanomami; Controle de Constitucionalidade; Democracia.

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (2009). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Professor Assistente Doutor de Direito Constitucional e Direitos Humanos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) - UNESP - Câmpus de Franca. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da UNESP - Câmpus de Franca. Correio eletrônico: jose.duarte@unesp.br.

## Referências

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709/DF**. Relator: Min. Luís Roberto Barroso. Requerentes: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), PSB, PSOL, PCdoB, REDE, PT, PDT. Brasília, 8 jul. 2020. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF709Desintruso.pdf>. Acesso em: 6 set. 2025.

LONGO FILHO, Fernando José. A última palavra e diálogo institucional: relações com as teorias democráticas em Dworkin e Waldron. **Cadernos do Programa de Pós-graduação em Direito UFRGS**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 90-111, ago. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/58328>. Acesso em: 6 set. 2025

MENDES, Conrado Hübner. **Controle de constitucionalidade e democracia**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. . Acesso em: 07 set. 2025.

VASCONCELOS, L. B.; POMPEU, G. V. M. Direitos indígenas Yanomami e meio ambiente: por uma proteção integrada no STF e no sistema interamericano. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 15, n. 1, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico>. Acesso em: 6 set. 2025.